



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141446 - MG (2021/0013178-9)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : J C R
ADVOGADO : MICHEL PLATINNY DUARTE ARAUJO - MG111144
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* preventivo com pedido liminar interposto por J C R contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.589205-2/000).

Em 6.10.2020 a autoridade policial representou pela adoção de medidas protetivas com o objetivo de prevenir novas manifestações de violência pelo recorrente em face da vítima, o que foi deferido pelo magistrado singular.

A defesa requereu a revogação das medidas, pleito que não foi acolhido pelo juiz.

No dia 16.10.2020, a ofendida registrou boletim de ocorrência informando que o recorrente teria descumprido as medidas protetivas.

Em 24.10.2020 o recorrente foi advertido de que o descumprimento das medidas poderia acarretar sua prisão.

Sustenta que as decisões proferidas pelo togado singular careceriam de fundamentação idônea, pois as teses defensivas não teriam sido apreciadas.

Alega que também foi ameaçado de morte por sua ex-companheira e que estaria sendo discriminado por ser homem.

Aduz que a Lei Maria da Penha também protegeria os indivíduos do sexo masculino, pois a violência doméstica e familiar independeria do gênero do agressor.

Afirma que "**o Juízo da 2ª Vara Criminal, ao que parece, quer decretar a prisão do paciente, a todo custo, conforme despacho de fls. 68, evidenciando uma verdadeira perseguição contra o paciente, pelo fato de discriminação no sentido de gênero de sexo**" (fl. 173).

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de salvo conduto em seu favor.

E, no essencial, o relatório. Decido.

O recurso não merece prosperar.

Os arts. 5º, LXVIII, da Constituição Federal e 647 do Código de Processo Penal prescrevem que o *habeas corpus* preventivo tem lugar "*sempre que alguém se achar ameaçado*", ou seja, na iminência "*de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder*".

Ao tratar do *habeas corpus* preventivo, Renato Brasileiro de Lima leciona que é impetrado "*contra ameaça de constrangimento ilegal à liberdade de locomoção, visando prevenir sua materialização*", salientando que, para que possa ser conhecido, "*a ameaça de constrangimento ao ius libertatis deve constituir-se objetivamente, de forma iminente e plausível*", razão pela qual, "*se não forem apontados atos objetivos que possam causar, direta ou indiretamente, perigo ou restrição à liberdade de locomoção de um paciente, num caso concreto, mas apenas hipoteticamente, será inviável a utilização do habeas corpus*" (Código de Processo Penal Comentado. 2ª ed. Bahia: Jus Podivum, 2017, p. 1526).

Na mesma esteira orienta-se a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS PREVENTIVO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO, EMBASADA EM FATOS CONCRETOS, DE CONSTRANGIMENTO ATUAL OU IMINENTE AO DIREITO DE LOCOMOÇÃO DOS PACIENTES. WRIT MANIFESTAMENTE INCABÍVEL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. O habeas corpus preventivo tem cabimento quando, de fato, houver ameaça à liberdade de locomoção, ou seja, sempre que fundado for o receio de o paciente ser preso ilegalmente. E tal receio haverá de resultar de ato concreto, de ameaça iminente de prisão.

No caso dos autos, os impetrantes-pacientes, ora agravantes, não demonstraram, com base em fatos concretos, que eles estão, de fato, na iminência de sofrer qualquer coação indevida à sua liberdade.

Dessa forma, não tendo sido demonstrado, com fatos concretos, nenhum constrangimento atual ou iminente ao direito de locomoção dos pacientes, não se pode conhecer da impetração.

2. É certo que "não cabe ação de habeas corpus contra o chamado, por alguns, 'ato de hipótese'. Portanto, não há constrangimento ilegal a ser evitado ou sanado pelo presente habeas corpus, o qual se mostra manifestamente incabível" (HC 82.319/SP, 5.^a Turma, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, DJ de 12/9/2007).

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 617.836/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/11/2020, DJe 27/11/2020; sem grifos no original)

No caso dos autos, consoante consignado no acórdão impugnado, "a autoridade apontada como coatora não expediu qualquer mandado de prisão ou está na iminência de expedi-lo" (fl. 160), o que revela o descabimento deste recurso em habeas corpus.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PEDIDO DE CASSAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL E DE ARQUIVAMENTO DE PROCESSO. INEXISTÊNCIA DE AMEAÇA. AUSÊNCIA DE ATO COATOR. NÃO INDICAÇÃO DE RESTRIÇÃO CONCRETA AO JUS AMBULANDI. REMÉDIO HEROICO: VIA PROCESSUAL DESTINADA A TUTELAR APENAS IMEDIATO CONSTRANGIMENTO ILEGAL AO DIREITO DE LIBERDADE. IMPROPRIEDADE ABSOLUTA DA IMPETRAÇÃO. AGRAVO DESPROVIDO.

1. No caso, impugnou-se a mera possibilidade de constrangimento, sem que houvesse elementos categóricos demonstrativos de que a suposta ameaça ao direito ambulatorial materializar-se-ia. **Ocorre que "o habeas corpus preventivo tem cabimento quando, de fato, houver ameaça à liberdade de locomoção, isto é, sempre que fundado for o receio de o paciente ser preso ilegalmente [e] tal receio haverá de resultar de ameaça concreta de iminente prisão"** (STJ, AgRg no HC 84.246/RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEXTA

TURMA, DJ 19/12/2007).

2. A ameaça de constrangimento ao jus libertatis a que se refere a garantia prevista no rol dos direitos fundamentais (art. 5.º, inciso LXVIII, da Constituição da República) há de se constituir objetivamente, de forma iminente e plausível, e não hipoteticamente, como no caso dos autos.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no RHC 127.142/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 25/08/2020, DJe 04/09/2020; sem grifos no original)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, c, c/c o art. 34, XVIII, a, do RISTJ, não conheço do presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência